

O HOMEM ANTIGO E A NATUREZA: UMA ABORDAGEM TRANSDISCIPLINAR

Prof. Maria Manuela Ramos de Sousa Silva - UFRJ

Pode à primeira vista parecer estranha a minha participação neste Simpósio, exclusivamente dedicado à discussão de temas relativos ao Mundo Antigo.

A esta altura, alguns dos participantes já se devem ter interrogado sobre os motivos de minha presença. Certamente o principal motivo de estranheza se deve em grande parte ao fato de que, tanto minhas atividades de docente quanto de pesquisadora tenham desde longa data sido direcionadas para o estudo da modernidade. Mas, foi precisamente este meu enraizamento no mundo moderno, que me facultou o acesso aos grandes debates em torno das condições de produção, limites e operacionalidade do saber histórico. Questões que só por si justificam minha participação.

Tentarei, pois, abordar, ainda que de forma extremamente sucinta, alguns aspectos relativos às principais problemáticas que neste momento se levantam ao relacionamento e troca de informações entre os vários saberes do homem, que iluminando-se mutuamente, lançam uma nova e inusitada luz sobre o objeto ora em pauta.

Conseqüentemente, minha atenção ir-se-á deter, preferencialmente, sobre a questão da transdisciplinaridade, modalidade capaz de gerar novas e instigantes respostas aos desafios que hoje se colocam à decifração dos possíveis sentidos que se desprendem das representações do homem antigo sobre a Natureza.

Antes, porém, de entrar propriamente no tema, gostaria de, à guisa de introdução, antecipar alguns breves comentários, que creio fundamentais para esclarecer minha posição a respeito do tema que ora abordo. Assim, parto do pressuposto, antecipado pelos trabalhos pioneiros de R. Lenoble¹, de que a relação estabelecida entre o Homem e a Natureza é sempre fruto de uma peculiar idéia construída historicamente pelos homens, que têm como horizonte de reflexão suas próprias experiências, expectativas e representações sobre os fenômenos físicos.

De fato, não parece existir uma entidade Natureza em si, neutra, radicalmente exterior e estranha ao homem. Tão somente idéias de Na-

tureza, ou como Lonoble gostava de afirmar “Natureza pensada”². Neste sentido, o mundo físico, apesar de sua existência concreta, pressupõe sempre uma consciência dotada de sentimentos, emoções, aspirações estéticas e morais, enfim, algo que fundamenta e dá sentido às práticas sociais.

Daqui se conclui que cada grupo humano, organizado socialmente, vai ao longo de sua historicidade elaborando peculiares e específicas imagens sobre o mundo natural, o que necessariamente põe o historiador frente a frente com uma multiplicidade de enfoques que, tal como num espelho, se refletem, reproduzindo várias maneiras de apreender e relacionar-se com a Natureza. Desta forma, ela ora é vista como uma figura amorosa, uma Mater Genetrix, generosa e protetora, carregada de magia, ora como uma madrasta perversa e hostil. Só muito mais tarde, com o advento da modernidade, estas duas visões cedem lugar a uma terceira que prefigura a Natureza como um imenso sistema, pronto a ser dominado e manipulado por novas “razões científicas”, à semelhança de um grande artefacto mecânico.

Colocada a questão nestes termos, pode naturalmente inferir-se que a idéia de Natureza, ainda hoje dominante em nossa cultura, não passa de uma simples imagem, uma específica e peculiar representação entre outras igualmente possíveis, forjada que foi no interior de uma dada sociedade – precisamente a do séc. XVII – que então começava a perceber o mundo físico através de um modelo construtivista matemático e determinista.

Ainda que este modelo só se venha a configurar na modernidade, a racionalidade nele implícita lança raízes em tempos imemoráveis, talvez alhures na Grécia, no momento ou momentos em que o pensamento puro/abstrato invade a boca de cena, cavando um imenso fosso entre a razão e o mito, a teoria e o senso comum, a filosofia e a imaginação poética³. Assim, entre Homero / Hesíodo e Xenofanes, a visão agregadora do mundo, que tanto se ocupava dos homens e deuses quanto da natureza, estilha-se para dar origem à frieza solitária do pensamento e dos conceitos que de ora em diante passam a moldar matéria/corpo/alma numa unidade abstrata.

O modelo de racionalidade científica que representa a Natureza em termos mecânicos e deterministas é, contudo, uma criação da revolução científica, que instaura na cultura ocidental a modernidade. Veremos dois séculos mais tarde, mais precisamente nas últimas décadas do séc. XIX, este modelo nascido no seio dos saberes voltados para o mundo natural

invadir outros domínios, como aqueles dedicados às humanidades, em vias de constituição.

A partir deste momento, este paradigma de racionalidade científica reina incontestemente, definindo territórios próprios de atuação, erigindo fronteiras, estabelecendo hierarquias. Porém, a subordinação dos novos saberes humanos ao paradigma hegemônico das ciências da natureza não se processa numa via linear, sequer única. Uma delas instaura o reducionismo epistemológico que impõe ao mundo dos acontecimentos dos homens o mesmo tratamento dado aos fenômenos físicos, objetos empiricamente destacáveis, regidos por leis deterministas. E muito embora esta via se mostrasse bastante árdua, sob o ponto de vista epistemológico, pois implicava um longo e difícil progresso das humanidades a fim de compatibilizá-las com os critérios de cientificidade reconhecidos nas ciências naturais, o otimismo oitocentista confiava que num futuro mais ou menos próximo tal viria a concretizar-se.

Quando mais tarde, já em nosso século, este ideal mostra-se inatingível, tenta-se a todo o custo viabilizar uma saída para o impasse gerado. Esta seria encontrada mediante um sério ônus para os saberes sociais e humanos, agora finalmente relegados a um estágio de desenvolvimento inferior, sinônimo de seu atraso em relação aos saberes naturais, universalmente reconhecidos. Será esta a posição assumida por alguns filósofos e epistemólogos dos anos 50/60, destacando-se entre eles E. Nagel⁴. Já a outra via impõe um dualismo epistemológico, fundado na radical diferença entre as ciências dos homens, voltadas para valores, e aquelas que tinham por objeto os fenômenos físicos, objetivos, e submetidos à regularidade da lei.

É interessante assinalar que estas duas posições, a despeito de seu antagonismo aparente, mantêm entre si elos muito mais estreitos do que à primeira vista parece. De fato, estão ligadas pela mesma visão do mundo, pois ao reclamarem um estatuto específico para as ciências humanas, o fazem a partir do pressuposto de que estas simplesmente devem ter um tratamento diferenciado daquele que se reconhece como verdadeiramente científico, aplicável exclusivamente aos fenômenos naturais.

Estas duas concepções irão fornecer as matrizes a partir das quais se desenvolvem em nosso século duas tradições diversas nas ciências sociais. A segunda via, sem dúvida tributária do dualismo kantiano do séc. XIX, recupera nos idos 70/80 uma linha fenomenológica e hermenêutica, enquanto a primeira reconstrói um novo modelo positivista, que reconhece, contudo, a especificidade das ciências sociais.

Mas, um pouco à semelhança do que aconteceu no séc. XIX, continuamos hoje, em certa medida, a sermos os fiéis depositários desta dicotomia entre Homem/Natureza, Sociedade/Natureza, Natureza/História, tratando-os como mundos fechados sobre si mesmos, devidamente demarcados por fronteiras que separam objetos de estudo e esquadriham uma topografia de saberes bem delimitados.

E é exatamente a persistência destas dicotomias que leva os epistemólogos, filósofos e historiadores da ciência a apelarem insistentemente para a interdisciplinaridade, palavra de ressonância quase mágica, da qual se espera o milagre da aproximação e do diálogo profícuo entre os diversos saberes que, na prática, continuam isolados académica e institucionalmente, permanecendo arredios a contatos mais estreitos.

De forma nenhuma pretendo menosprezar, sequer anular algumas tentativas bem sucedidas do diálogo entre a História e as demais ciências humanas e sociais, experimentadas desde os inícios dos anos cinqüenta e intensificadas nas duas décadas subseqüentes. Sem dúvida há que registrar, ainda que de passagem, as preciosas contribuições que foram dadas por saberes como o da Arqueologia, Geografia, Paleontologia, Pedologia, Direito, Psicologia, Iconografia e outras, para apenas retermos as mais significativas. Dentre estes saberes foi certamente a Arqueologia aquele que manteve contatos mais estreitos com a História, chegando esta a impor-lhe, desde pelo menos o séc. XIX, uma relação de dominação e dependência, posto que relegava-o a uma subalternidade de ciência auxiliar. De fato, a Arqueologia, detentora de um conjunto de técnicas e conhecimentos específicos, devia apenas preocupar-se com o estudo e análise dos artefatos materiais legados pelas culturas já extintas, aspecto que na maioria dos casos, constituía o único acervo documental disponível, capaz de fornecer um suporte confiável à narrativa do historiador⁵.

Importa, contudo, chamar a atenção para o fato de que na maioria dos casos a operação interdisciplinar se reduziu a uma simples justaposição de conceitos ou a uma mera importação de modelos teóricos e metodológicos, gerando resultados muito aquém dos esforços dispendidos e dos altos custos investidos. Também sucedeu, não raras vezes, que os cognitivos se mostrassem equivocados, quando não inteiramente desfocados em relação à ótica de análise imposta previamente ao objeto de estudo.

Do que acabo de analisar, podem já inferir-se algumas conclusões:
1) o paradigma de ciência reinante ainda em nossa cultura, fundamenta-

se numa radical dicotomia entre saberes humanísticos e saberes físicos; 2) este paradigma alimenta-se em nossos dias de duas vertentes epistemológicas que, contudo, cultuam a mesma *Weltanschauung*. Como tive ocasião de demonstrar, uma alimenta-se do positivismo do séc. XIX, gerando novas apreensões como o neo-positivismo e o positivismo lógico. Outra, oriunda de Kant, conflui no construtivismo racionalista bachelardiano, no qual desaguam influências tanto oriundas da Hermenêutica quanto da Psicanálise; 3) a dicotomia inerente ao modelo impõe a estratégia intedisciplinar, por vezes uma questão muito mais retórica do que operacional, na medida em que nela se investe a capacidade de dialogizar e de aproximar aquilo que na prática permanece separado; 4) o modelo de ciência regido pela racionalidade matemática/mecânica/determinista instala-se no advento da modernidade no bojo da revolução científica ocorrida na sociedade e cultura ocidental do séc. XVII; 5) este paradigma é responsável pelas oposições binárias entre Homem/Natureza, Natureza/Sociedade, Natureza/História, Teoria/Senso Comum, Razão/Imaginação Poética, Ciência/Ética e Fato/Valor; 6) a ciência atual torna-se absolutamente irreconhecível ao senso comum, ao mesmo tempo que exerce sobre ele uma profunda dominação, quer pelos artefatos tecnológicos que produz, quer pela estranheza de sua palavra hermética, só entendida por iniciados, posto que completamente inacessível à grande maioria dos homens.

Cabe neste momento formular uma pergunta crucial, de cuja resposta dependerá em grande parte o futuro de nossa disciplina. Se o modelo de racionalidade científica de que ainda dispomos conduziu-nos a uma série de impasses, estaremos por isso voltados a um inexorável fracasso? Ou pelo contrário, das ruínas já perceptíveis, será possível reconstruir um novo modelo, capaz de dar conta das profundas mutações que ocorrem no saber, na sociedade, na economia, na política e na ecologia? Creio que a resposta à segunda pergunta é afirmativa, face aos indícios mais do que suficientes fornecidos exatamente pelas ciências tradicionalmente reconhecidas como "objetivas" e, conseqüentemente, como científicas.

Efetivamente, desde os finais da década de setenta e inícios da de oitenta, o paradigma começa a dar sinais de exaustão, fragilizando-se ante as fissuras surgidas em campos de conhecimento como a Física, a Matemática, a Biologia, principalmente na área de Micro-Biologia. Em primeiro lugar dá-se o impacto da relativização do antigo rigor da lei newtoniana no domínio da Astrofísica e da Quântica (Micro-Física). Böhr

e Heisenberg insistem na existência de uma interferência estrutural do sujeito no objeto observado, questão que abala seriamente a convicção de que se possa isolar/neutralizar a relação cognitiva sujeito/objeto. Na própria Matemática, ciência formal por excelência, o rigor de sua verdade é também posto à prova pelas instigantes investigações de Gödel. Já no campo da Química, mais precisamente no estudo de fenômenos ligados à Micro-Biologia, teses mais atuais⁶, sobre a teoria das partículas dissipativas, revelam uma lógica de auto-organização em situação de não equilíbrio, questão que não só vai de encontro ao determinismo, como também recupera e valoriza a espontaneidade, a imprevisibilidade, enfim a evolução, palavra estigmatizada pelos hiper-racionalistas dos anos 50/60.

Decorrente deste novo "olhar" sobre os fenômenos físicos, as fronteiras entre o humano e não humano, entre o orgânico e inorgânico, entre seres vivos e matéria desmoronam, face à constatação de que fenômenos como a auto-organização e auto-reprodução não são peculiares, sequer específicos dos seres vivos complexos, mas comuns a sistemas pré-celulares de moléculas. Aos poucos, as fronteiras tradicionais entre os diversos saberes vão-se diluindo, ao mesmo tempo que certos conceitos de há muito aplicados nas humanidades migram para o campo das ciências naturais. É o finalismo, auto-determinação, liberdade e evolução, que passam a ser operatórios em áreas onde há bem pouco tempo eram execrados.

E uma vez que os conceitos podem migrar de um campo a outro da realidade, atravessando um amplo espectro de saberes, não há como continuar a sustentar a nível epistemológico, a dicotomia, o modelo dual imposto pela modernidade que instala a estranheza entre, por um lado, as Humanidades e, por outro, o mundo da Natureza. Outra consequência, aliás de grande alcance, é sem dúvida a substituição do conceito de interdisciplinaridade pelo da transdisciplinaridade. Este conceito é o que melhor expressa a relação dinâmica entre os vários campos de saber, pois tenta explorar o real sob todas as suas formas, a fim de edificar um novo estatuto de conhecimento que simultaneamente desdogmatize o saber atual e seja capaz de lidar com a alteridade. Trata-se, agora, de um efetivo diálogo que, ao invés de procurar apreender os pontos de contato, os prolongamentos possíveis ou importar modelos cognitivos pontuais, antes privilegia as correspondências significativas, os inter-relacionamentos, estabelecendo uma plena comunicação entre os mundos que se colocam, abertos, frente a frente, sem hierarquias ou imperialismos.

Abre-se desta forma um novo e promissor horizonte para o pensamento humano, onde é possível a reconciliação do Homem com a Natureza, da História com a Natureza, enfim da Razão com a Imaginação Criadora. Como afirma I. Prigogine, a figura do homem se incorpora à sua própria história, ao próprio devir, no fluxo dos acontecimentos inscritos numa nova harmonia entre os seres vivos e a matéria. Atingir este estágio de harmonia não é de modo nenhum tarefa fácil. Porém, impõe-se, desde já, pois não há tempo a perder, a tarefa de “inventar” uma nova *phronesis*, capaz de garantir e selar a reconciliação do Homem consigo mesmo e com Natureza, lançando os fundamentos de uma nova *physis*.

Notas

¹ R. Lenoble. *História da Idéia de Natureza*. Lisboa Edições 70, 1990.

² A posição de R. Lenoble tem sido atualmente questionada por geógrafos, antropólogos e ecologistas que propõem não só recuperar as peculiares representações que os homens constroem da Natureza ao longo do processo histórico, mas também apreender a dimensão e potência dos impactos dos fenômenos naturais sobre os grupos humanos. A este respeito vide a obra de S. Moscovici. *Essais sur l'Histoire humaine de la Nature*. Paris, Flammarion, 1968. Numa abordagem ao tema da Natureza no ensino de 1 e 2 graus, vide o instigante artigo de Arthur Soffiati “ausência de Natureza nos livros didáticos de História” in Revista Brasileira de História. São Paulo, v.9, n. 19, Set 89/Fev 90, p. 43-56.

³ P. Feyerabend. *Adeus à Razão*. Lisboa, Edições 70, 1991, p.112.

⁴ E. Nagel. “Alguns problemas da lógica da análise histórica”. in Gardiner, P. *Teorias da História*. Lisboa, Fundação C. Gulbenkian, 2ª ed., 1974, p. 457-472.

⁵ Há que se levar em conta que a Arqueologia ao atingir em nossos dias o estatuto de ciência social autônoma, passou a deslocar seu objeto para o estudo das formas sociais e das estruturas econômicas de povos já desaparecidos, como é o caso da análise dos processos agrícolas, do ecossistema de povoamento, das redes de comunicação e da paleodemografia arqueológica.

⁶ I. Prigogine e I. Stengers. *La nouvelle Alliance. Metamorphoses de la science*. Paris, Gallimard, 1979; J. Schlanger. *Penser la bouche pleine*. Paris, Fayard, 2ª ed., 1983; I. Stengers e J. Schlanger. *Les concepts Scientifiques*. Paris, Gallimard, 1991; I. Stengers e L. Chertok. *Le coeur et la raison*. Paris, Payot, 1989.